

A década da promoção da mulher

- intervenção
- mesa redonda
- semana missionária
-

Set. 71

MARIA DE LOURDES PINTASILGO

PRIMEIRA MINISTRA

Fundação Cuidar o Futuro

Set. 71
Sem. Missioneiro 3

Maria de Lourdes Pintasilgo

Eu tenho neste momento uma tentação, que é a de fazer a síntese das grandes linhas traçadas até aqui. Mas como o tempo não dá, tenho que me encarregar dentro do tema que me foi dado: "a mulher e o desenvolvimento". No entanto, não posso abstrair do que foi referido nas outras intervenções, e por isso mesmo quero situar a questão que proponho abordar na evolução da história da humanidade dos últimos 50 anos. Não vou fazer essa história, mas houve aqui intervenções que nos apontaram primeiro, para a revolução industrial, pode dizer-se mesmo para a revolução marxista, para a tomada de consciência da classe operária, hoje adquirida como um dado em todas as dimensões da civilização, quer ela se situe no Ocidente quer se situe a Leste; depois, o acordar, pela década de 50, dos povos de cor que levou a esta tomada de consciência - que eu não esqueço, pois receio, de tão vasta e diversificada que é -, do valor das diferentes raças e culturas na história dos homens para a construção de uma humanidade em marcha. Encontramo-nos agora no termo da década de 60 e no princípio da década de 70 naquilo a que já se chamou "a década da promoção da mulher" ou a libertação das mulheres. É claro, há para aí muita literatura sem consistência, mais ou menos humorística, sobre a questão, mas parece-me que ela corresponde de algum modo àquele desconforto que os sociólogos e antropólogos notam quando começa a agitar-se qualquer questão relativa às mulheres.

Este desconforto, não provem só da parte das mulheres que intervêm existencialmente no problema, mas vem, sim, da parte de toda a sociedade. Dizem os antropólogos que qualquer problema da mulher é também problema do homem. E os homens vivem há muitos milhares de anos muito satisfeitos no seu papel de homens e nunca ninguém os incomodou... Daí que nasça com frequência esse desconforto sempre que se aborda o problema da mu-

lher.

Vale a pena olhar a questão, na perspectiva da síntese histórica que referi no início porque a chamada "libertação das mulheres" se situa não num plano reivindicativo, feminista, como aconteceu no início do século, mas se situa na linha que vai do desenvolvimento económico (mesmo concebido em termos globais e a partir dos indicadores quer de ordem económica quer de ordem social), até à acção cultural que aqui foi apontada. É neste contexto que vou situar uma pequeníssima intervenção.

E porquê um capítulo especial para isto? Vou referir-me à situação portuguesa, anotando de vez em quando algumas achegas doutros países ou da evolução internacional.

O desenvolvimento supõe e está implícito na afirmação do desejo de justiça aqui feita, supõe a eliminação de grupos socialmente desfavorecidos. Ora é o momento de verificar que as mulheres enquanto conjunto são um desses grupos.

Por outro lado, o desenvolvimento supõe a participação de todos, de toda a população no processo que leva uma sociedade a fazer face à sua própria evolução histórica. A grande maioria das mulheres está à margem dessa participação.

Gostaria de tentar demonstrar a verdade destes dois enunciados, mas o tempo limitado obriga-me a equacioná-los em termos muito gerais.

Falei nas mulheres como grupo socialmente desfavorecido e haveria que apoiar esta afirmação na análise jurídica que indica ser a mulher portuguesa uma cidadã de estatuto reduzido. Só tem plenos direitos quando substitui o marido (daí a vacuidade do conceito "chefe-de-família") ou quando faz parte do círculo de produção em serviço do Estado, ou realiza actividades artísticas ou intelectuais. Esta situação não é uma situação constitucional, por isso a denuncio com todo o à vontade - é uma situação de incoerência interna da lei, e, digamos, duma "curta" aplicação da nossa lei fundamental. Quem é culpado? Somos nós todos e muita gente

.../...

ao longo do processo histórico que nos conduziam a este estado de coisas. No plano sócio-económico, haveria a acentuar sobretudo, no contexto português como no contexto internacional, a dificuldade de acesso às funções de maior responsabilidade em qualquer sector da iniciativa privada ou pública. (E isto é um problema tão geral que na Assembleia Geral das Nações Unidas que vai começar dentro de poucas horas em Nova York, um dos pontos da agenda é precisamente a reivindicação feita pela Comissão do Estatuto da Mulher relativamente à possibilidade das Nações Unidas empregarem mulheres nos altos postos da organização - também, na ONU como em qualquer grande organização nacional ou internacional os chefes de departamento são sempre homens, havendo uma abundância de mulheres que servem café ou escrevem à máquina ...)

O segundo problema no campo socio-económico é o das diferenças salariais entre homens e mulheres, que no nosso país são da ordem dos 40%, e que existem em todos os países do mundo sem excepção. Poderá dizer que não existem nos países socialistas. Existem de modo diferente na medida em que certas profissões se tornam completamente femininas, nomeadamente no domínio do ensino e da saúde. Ao tornarem-se completamente femininas, os critérios usados para pagamento tornaram-se diferentes. No nosso país essas diferenciações têm causas muito variadas, e são tanto mais graves quanto uma mulher qualificada no sector operário ganha menos que um operário não qualificado no mesmo sector de trabalho.

Mas não sendo minha intenção nem particular competência este domínio, quero antes acentuar o seguinte: é que como todas as minorias

descriminadas, como todos os grupos socialmente desfavorecidos, as mulheres interiorizam as suas situações. Não há aqui apenas o esquema simplista do opressor e do oprimido, esquema que supõe que uns são os opressores e outros os oprimidos. Na sociedade contemporânea somos todos opressores e oprimidos, opressores na medida em que reforçamos, sem as criticar e modificar, as situações de desigualdade; oprimidos, na medida em que nos encontramos todos na situação de "colonizados-por-dentro" - quer dizer, a nossa aspiração é apenas ao padrão que nos é proposto pela sociedade, neste caso uma sociedade de tipo masculino como é a civilização em que vivemos, tentando mesmo, ao plano inconsciente, uma identificação com esse padrão que nos é dado.

Disse ainda que o desenvolvimento supõe a participação de todos no processo que leva uma sociedade a fazer face à sua própria evolução histórica. Ora no caso português as condições de participação das mulheres no processo de desenvolvimento são extremamente precárias, como o são praticamente em todos os países do mundo. Na Suécia, que nos aparece como modelo de igualdade entre os sexos, a última declaração governamental sobre a participação da mulher no desenvolvimento do país dizia: "Se o nosso país eliminasse as discriminações entre os sexos, o produto nacional bruto (quer dizer, a quantidade de riqueza disponível no país), aumentaria de 50%." Ninguém fez as contas para Portugal. Mas é fácil estabelecer um certo paralelo, pelo menos numa regra de três simples, para uma aproximação ...

Este aproveitamento dos recursos humanos que a mulher representa tem dois aspectos. Um aspecto mais evidente, que seria fácil notar, que é ao nível do circuito económico, da produção dos bens. A estrutura da população feminina activa é de tal maneira que nós temos 16% da população feminina exercendo uma actividade, enquanto 84% é economicamente inactiva, embora alguns desses 84% signifiquem a ocupação ou subemprego.

As proporções correspondentes para os homens são de 63%, população economicamente activa, e de 27% economicamente inactiva. Donde, : a limitada participação da mulher no crescimento da ri-

queza e, (o que é mais importante), na estruturação da vida social. Os 16% das mulheres que entram neste conjunto que é a totalidade da sociedade não poderão ter senão uma influência mínima na vida social (não só nas iniciativas privadas como no estabelecimento de prioridades ao nível dos grandes planos, como o Plano de Fomento, etc.). Daí decorre também uma consequência que observamos na vida quotidiana: a repartição nítida de tarefas entre os homens e as mulheres. Os homens realizam determinadas tarefas e as mulheres realizam outras - desde a vida familiar até à vida profissional tal divisão parece ser um dogmatismo/ ^{que até} os mais completos democratas liberais não são capazes de vencer.

Ainda para além do circuito económico parece-me muito mais importante para um conceito de desenvolvimento e para uma prática de desenvolvimento, a contribuição que transcende os indicadores económicos. Daí a possibilidade oferecida à mulher (isso verifica-se, por exemplo, em países como a Polónia) de exercer um trabalho fora dos sistemas - um trabalho que tenha rigor e vigor.

Fundação Cuidar o Futuro

Parece-me igualmente importante a não identificação da participação na vida económica e social com a participação apenas na produção dos bens. É isto abre-nos (e parece-me ser o ponto de maior alcance) a uma perspectiva de intervenção cultural na sociedade. Durante muitos anos falou-se das capacidades da mulher como ser intuitivo, etc (há muito de mítico em todas essas definições), mas parece-me no entanto que através justamente do abordar outras raças e outras culturas, nós no abrimos a valores diferentes dos valores puramente racionais e puramente tecnológicos. Abrimo-nos a valores que são valores da vida quotidiana, que são valores das palavras muito simples e que nós temos de reaprender a dizer doutra maneira. E formulo a hipótese de que as mulheres têm potencialmente essas condições.

Estará a mulher portuguesa preparada para intervir culturalmente na sociedade? Não me parece. Falta-lhe, primeiro, um mínimo de instrumentos. Entre as mulheres que trabalham, 60% não possuem nenhum grau de ensino, 1,1% têm um curso superior. Em segundo lugar, o facto de nos encontrarmos isolados neste "pe-

queno rectângulo europeu" coloca muito a população feminina à semelhança da sociedade masculina em que vivemos, num tipo de interferência na sociedade que se caracteriza por atitudes comadrescas. Haveria que referir ainda um receio atávico de denunciar aquilo que está errado e de impôr aquilo que pode de algum modo aparecer como caminho novo, ainda que esse caminho se exprima por formas diferentes daquelas que estão completamente catalogadas.

A situação portuguesa aparece-nos assim com uma extrema diversificação e com uma falta de indicadores sociais para uma análise crítica séria deste grupo da população.

Mas por outro lado podemos ainda dizer que a estrutura da vida portuguesa leva à ausência - e isto é crucial para o desenvolvimento - de um projecto global da sociedade. Porque? Em grande parte, pelo pulular das opiniões de "nunca fizeram uma verdade", que "nunca tiveram um dinamismo"; pela supremacia do elemento masculino, acentuado pelas mulheres que têm real influência na vida social. (Aliás é isto um fenómeno que se encontra em todas as latitudes, resultante, senão de mesquinhez, do facto de essa contribuição da mulher ser muito recente - as mulheres que têm, de algum modo, capacidade ou condições ou oportunidades melhores, acabam por ser as primeiras a esmagar outras mulheres com possibilidade de acesso. Daí que falem sempre em nome de uma minoria, de uma certa elite, esquecendo-se da solidariedade fundamental que têm com esse grupo, ao qual estão ontologicamente ligadas pela sua maneira de estar no mundo, e que são todas as mulheres). Por outro lado, encontramos ainda a tendência para o mimetismo de outras situações.

É claro que há na situação portuguesa aspectos de ordem estrutural e aspectos de ordem conjuntural. De ordem estrutural por alguns elementos que já indiquei, nomeadamente os salários, a concentração nas categorias de mais baixa qualificação, a escassez de presença de uma mão de obra feminina nos escalões não tecnologicamente mais evoluídos mas culturalmente com mais impacto - portanto uma certa situação de ~~xxxxxxx~~ desfavor e de

pouco estímulo para que as mulheres abandonem a situação em que se encontram de subempregadas na vida familiar ou em pequenas actividades, contribuindo assim para gerar e para acentuar o ciclo do consumo que a Teresa Santa Clara há pouco denunciava. Quer dizer, a mulher não empregada, a mulher que não participa activamente na vida económica e social, tende a ser o escoadouro natural da sociedade de consumo. Daí, que ela constitua um travão para um novo modelo de sociedade.

À ordem conjuntural pertencem neste momento a situação de guerra em que nos encontramos, a situação da emigração que leva a encarar a mulher como mão de obra de reserva a que se apela através de injustiças flagrantes. Há a contradição nas forças em presença no facto da utilização da mão de obra feminina: por um lado, quere-se utilizar essa mão de obra e, por outro, quere-se perpetuar a imagem da dona de casa como a tal estimuladora da sociedade de consumo. Não podemos esquecer nesta situação que se trata de uma "sociedade-em trânsito", quer dizer, de uma sociedade à espera de uma projecto global de desenvolvimento, de uma Base fundamental de libertação, em que as mulheres no seu conjunto poderão constituir um novo elemento de consciência.

Esta situação portuguesa tem os seus ecos ao plano internacional. Aliás as Nações Unidas neste domínio encontram-se a par com dois grandes projectos. Um, é o programa unificado das Nações Unidas de assistência aos países que exigem um certo desenvolvimento da participação da mulher; outro, é um estímulo de participação da mulher na vida económica e social.

Certos fenómenos que a nossa imprensa reproduz com frequência (e a Vida Mundial de dá larga expansão aos movimentos de libertação dos países europeus ou dos Estados Unidos), têm de ser vistos no seu contexto. Não quero deixar de acentuar que os movimentos de libertação da mulher/são ^{americana} movimentos que apontam para alguns aspectos muito importantes nesta tomada de consciência da mulher como nova força na vida social, mas são movimentos da burguesia branca dos Estados Unidos, portanto envolvidos também de certos vícios típicos dessa burguesia branca em

condições que só quem conhece os Estados Unidos pode avaliar exactamente.

A situação internacional revela o desejo de que a mulher deixe de ser não só a mulher-objecto (objecto de estudo, objecto de leis de protecção), mas que passe a ser sujeito da sua própria definição, das decisões que lhe dizem respeito e das decisões que dizem respeito à sociedade no seu conjunto. Pode dizer-se que neste capítulo, já que as mulheres constituem metade da humanidade, há uma verdadeira revolução cultural a operar.

Desejava levantar ainda a interrogação: qual a repercussão desta situação na problemática da missão da Igreja? Esta problemática (que eu mal enunciei), significa um condicionalismo fundamental para o exercício da missão da Igreja na medida em que a sociedade oferece à Igreja participantes cuja dignidade de pessoa humana está afectada basicamente, e cujo treino de contribuição é mínimo.

Dra é neste contexto que se justifica até o exagero do problema, (não ventilado no nosso país mas muito ventilado noutros países da Europa e de todos os continentes) do acesso da mulher às funções institucionais dentro da Igreja. Problema que me parece absolutamente secundário na vida da Igreja na medida em que o ministério sacerdotal é um carisma de unidade dentro da comunidade, e não é de modo nenhum exclusivismo do poder. É portanto não me parece que seja de modo algum o problema-chave.

Dra esta situação de inferioridade de seres humanos afectados na sua dignidade e cujo treino de contribuição activa é mínimo, constitui, a meu ver, um desafio para a capacidade de a Igreja se estruturar sobre pedras vivas. Em primeiro lugar, sendo um campo de experimentação das capacidades das mulheres para o serviço dos irmãos. Eu diria, mais do que campo de experimentação, um campo de realização. Posso dizer que em Portugal a maioria das mulheres que têm uma certa função activa na vida social, foram educadas e foi-lhes dada inteira liberdade dentro da Igreja. Foi aí que adquiriram o treino que as levou a outras posições. Mesmo que muitas vezes nesse contexto da Igreja tenham tido de assistir a muito titubear ainda embrionário. Em segundo lugar - e como sugere a investigação bíblica e a vida

da Igreja primitiva - alargando o próprio conceito de ministério. Daí, a necessidade de uma educação das mulheres e dos homens que veja na mulher não apenas um complemento (e refiro-me aqui à espiritualidade familiar, como se duas metades se unissem para formar uma só unidade ou conceito de mulher auxiliar do homem), mas como uma pessoa humana total. A mulher nem é complemento, nem é auxiliar: é total responsável por toda a vida social e por toda a vida eclesial.

É urgente por isso que a Igreja não seja, de certa maneira, (e parece-me haver um certo perigo neste momento, mais do que existia há 15 ou 20 anos), o monopólio dos padres enquanto grandes "leaders" de grupos. Uma vez posta em questão o significado da missão dos padres, é muito fácil que essa missão seja equacionada em termos de coordenador de grupos, de leaders, etc. Ora para isso estamos cá todos!

Liberdade por um lado de as mulheres participarem de forma responsável na vida da Igreja, como estão participando. E como estão participando precisamente assumindo os riscos próprios dessa participação. No modo de ser próprio, não realizando o mimetismo do que o homem faz ou do que o homem deseja, não sendo uma mão de obra de reserva (até para aqueles que querem resolver os seus problemas vocacionais ...), mas serem um contributo próprio e específico no anúncio do Reino. E parece-me que só na medida em que as mulheres forem capazes de se situar com uma verdade, com essa tal possibilidade que eu não sei exactamente o que é, mas que pressinto ou sinto ou experimento, forem capazes de se situarem como seres livres, não cativas e não oprimidas, entre elas poderão, em igualdade com os homens, igualdade diferente, poderão de facto enunciar a Boa Nova de Desus Cristo que veio dar a liberdade aos cativos e aos oprimidos.